

Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) RMPA 50 ANOS

História, Território e Gestão



Danielle Heberle Viegas | Heleniza Ávila Campos | Paulo Roberto Rodrigues Soares
(orgs.)



**Região Metropolitana de
Porto Alegre (1973-2023)**

RMPA 50 ANOS

História, Território e Gestão

**Danielle Heberle Viegas
Heleniza Ávila Campos
Paulo Roberto Rodrigues Soares
(Orgs.)**

**Região Metropolitana de
Porto Alegre (1973-2023)
RMPA 50 ANOS
História, Território e Gestão**

E-book



São Leopoldo
2023

© Dos autores – 2023

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento, a partir de fotografia cortesia da NASA

Imagem da capa: Cortesia da Unidade de Ciências da Terra e Sensoriamento Remoto, NASA Johnson Space Center (ID: ISS067-E-176701), datada de 04.07.2022. Link para acesso: <https://eo1.jsc.nasa.gov/SearchPhotos/photo.pl?mission=ISS067&roll=E&frame=176701>

Revisão: André Dick

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)
Marluza M. Harres (Unisinós)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

R335 Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) – RMPA 50 anos: história, território e gestão. [E-book]. / Organizadores: Danielle Heberle Viegas, Heleniza Ávila Campos e Paulo Roberto Rodrigues Soares. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

455 p.; il. color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-170-0

1. História – Região – Metropolitana – Porto Alegre. 2. Região Metropolitana – Porto Alegre – Migração. 3. Políticas de habitação social. 4. Dinâmica de trabalho – Região Metropolitana – Porto Alegre. I. Viegas, Danielle Heberle. II. Campos, Heleniza Ávila. III. Soares, Paulo Roberto Rodrigues.

CDU 981.651

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Porto Alegre: uma metrópole de geografias quilombolas

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Lara Machado Bitencourt

Quilombos urbanos e seus direitos territoriais

O Brasil é reconhecidamente o país mais africano fora de África, e isso se dá pelas presenças capturadas durante o tráfico negreiro que nesta terra fincaram raízes. Nossa população majoritariamente negra e mestiça reflete isso, assim como nossa cultura e nossos valores civilizatórios. Nosso território também reflete essas presenças, de modo que todo o Brasil é terra indígena e quilombola (NASCIMENTO, 2019).

Na prática cotidiana dessas histórias e geografias produzidas pelos sujeitos quilombolas, estão conteúdos de vivências atravessadas por um passado que resiste e um presente que se lança em possibilidades de sonhos e lutas. É deste lugar que também estão presentes as disputas pelos diversos significados atribuídos e a permanente reivindicação de se situar cartograficamente no espaço no sentido que toda a ancestralidade e memória da cidade está marcada pelas identidades quilombolas.

Para Beatriz Nascimento (2021), os quilombos correspondem a sistemas sociais alternativos organizados pelos negros, devendo ter o cuidado quanto à sua generalização. Segundo a autora, há diferenças institucionais entre os quilombos do passado com os atuais e é nessa perspectiva que recai o seu significado de generalização conceitual. Quilombo representa o presente enfrentamento pela liberdade, autonomia e garantia da terra e território. Assim, Beatriz Nascimento problematiza o conceito de quilombo marcado pelo período em que há proliferação dos quilombos em todo país e que ameaça a economia do Brasil Colonial. Os quilombos brasileiros ameaçaram nesse período as autoridades coloniais e metropolitanas através das possibilidades de organização, gestão e prosperidade do território sem a utilização do sistema escravocrata e racista, enquanto que na atualidade as comunidades quilombolas continuam ameaçando o Estado através de seu

cotidiano de lutas e resistências frente às desigualdades e apagamentos que atacam os territórios dessas populações. Para a referida autora, conceituar quilombo sob esta única categoria serviu para reprimir, oprimir e criminalizar esses sistemas alternativos de oposição e resistência ao sistema colonial opressor.

Um dos maiores desafios em nosso tempo é visibilizar as histórias e os espaços pelas lutas e retomadas dos territórios protagonizados pelo povo quilombola em nosso país. A organização do espaço e suas histórias estão impregnadas nas raízes da formação territorial brasileira que luta por maior visibilidade e por direitos, principalmente a regularização das terras quilombolas. Há um conjunto de leis que assegura aos quilombolas seus direitos. E assim auxilia o Estado Brasileiro a reconhecer as comunidades quilombolas de nosso território.

Destacamos a constituição federal de 1988, nos artigos 215/216:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes grupos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (CF, 1988).

Para o autorreconhecimento das comunidades quilombolas, o critério é baseado no artigo 2º do Decreto 4.887/2003 e também pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais. Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003:

Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Decreto 4887/2003).

No Brasil, a certidão que trata da autodefinição é emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) após a elaboração de um memorial descritivo prévio e de uma ata assinada pela comunidade, registrando que se reconhece quilombola. Na sequência, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) elabora um estudo da área, construindo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Esse conjunto de leis e relatórios técnicos ainda não garante a posse da terra e o bem-viver das comunidades quilombolas em contexto rural e urbano de nosso país, pois enfrenta sempre uma burocracia ainda estabelecida e regida pelo racismo institucional. Conforme Pires e Bitencourt (2021), há, no Brasil, 3.456 comunidades quilombolas reconhecidas e 2.798 comunidades quilombolas certificadas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020). Com relação aos processos abertos para construção do RTID junto ao INCRA e elaboração de estudos para instaurar a regularização fundiária das terras quilombolas, a Comissão Pró-Índio/SP (2020) nos informa que há 1.767 terras com processos abertos, sendo 134 comunidades totalmente tituladas e 47 comunidades parcialmente tituladas. O mapa Etapas de Titulação das terras por estado no Brasil (Figura 1) representa esses dados em âmbito nacional.

Figura 1: Etapas de titulação das terras quilombolas no Brasil



Fonte: PIRES e BITENCOURT, 2021.

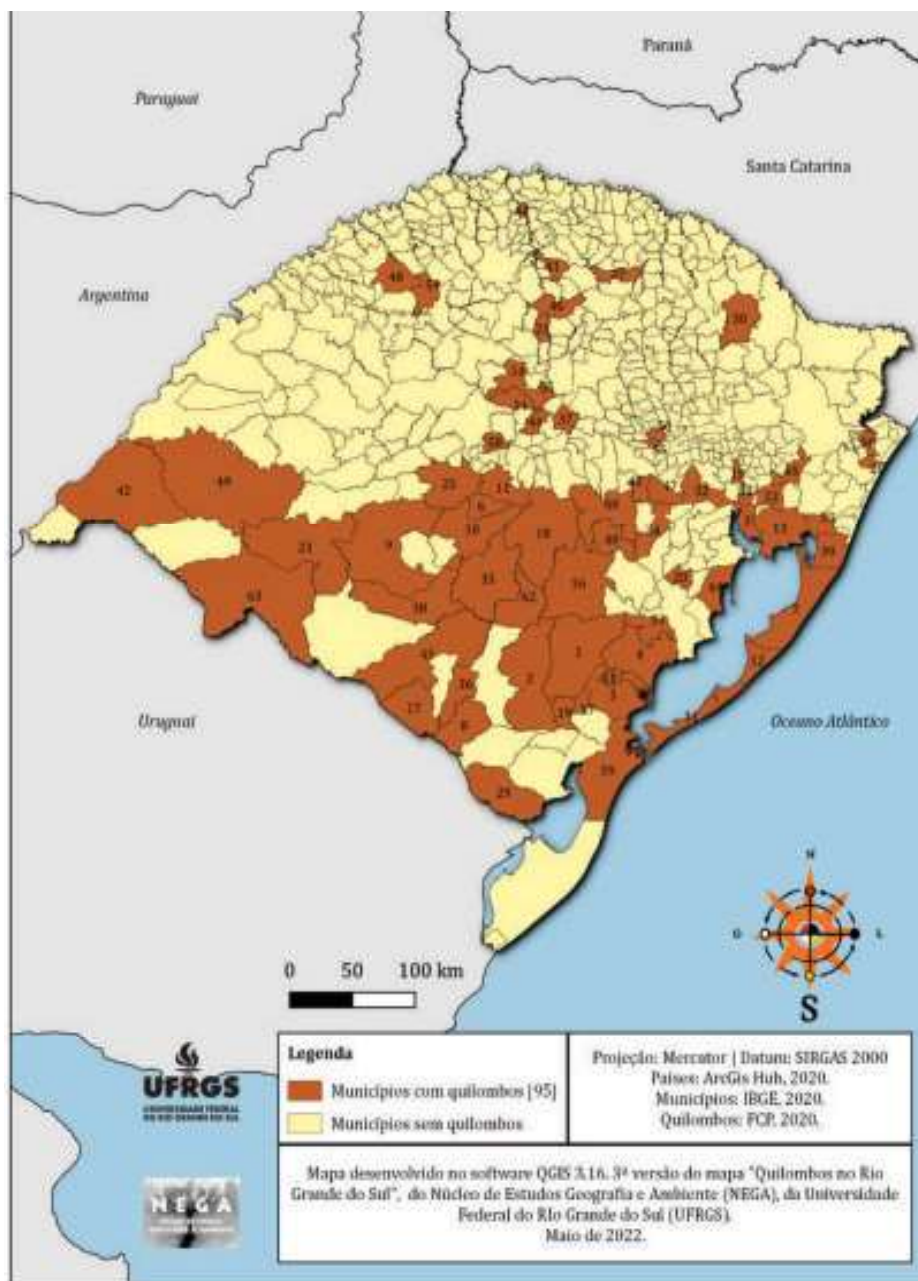
No Rio Grande Sul, estado mais ao Sul do Brasil, mesmo em seus imaginários de pequena Europa, é impossível negar a presença de mais de 200 comunidades quilombolas espalhadas no campo e na cidade. Desde 2002, a Lei n.º 11.731 de 09 de janeiro dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos:

Art. 1º - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras no Estado do Rio Grande do Sul será reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Poder Público emitir-lhes os títulos respectivos e providenciar seu registro no Registro de Imóveis correspondente.

Parágrafo único – O Poder Público indenizará, na forma da lei, as pessoas e comunidades que venham a ser atingidas pela implementação do direito previsto neste artigo (Lei n.º 11.731 de 09 de janeiro de 2002).

A mesma situação representada em escala nacional se reproduz no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Pires e Bitencourt (2021), entre 2004 a 2020, há 136 comunidades quilombolas certificadas e autorreconhecidas (Fundação Cultural Palmares, 2020) e, 103 terras com processos abertos enquanto apenas quatro terras quilombolas foram tituladas, sendo duas delas parcialmente tituladas (INCRA, 2020). O mapa Quilombos no Rio Grande do Sul (Figura 2 e 3) representa o quadro regional dessas informações.

Figura 2: Municípios do Rio Grande do Sul com presença quilombola



Fonte: PIRES e BITENCOURT, 2021.

Figura 3: Legenda da relação de municípios com presença quilombola autorreconhecida, com certidão da Fundação Cultural da Palmares, com processos abertos no INCRA e com titulação

Código	Município	Autorreconhecidos	Certificados	Processo em aberto	Titulados
1	Canguçu	16	16	14	0
2	Piratini	8	8	6	0
3	Porto Alegre	7	7	6	1
4	São Lourenço do Sul	5	5	5	0
5	Pelotas	4	4	4	0
6	Formigueiro	4	4	0	0
7	Mostardas	3	3	2	1
8	Pedras Altas	3	3	3	0
9	São Gabriel	3	3	1	0
10	São Sepé	3	3	1	0
11	Restinga Seca	3	3	1	1
12	Tavares	3	3	3	0
13	Viamão	3	3	4	0
14	Fortaleza dos Valos	2	2	2	0
15	Portão	2	2	1	0
16	Encruzilhada do Sul	2	2	2	0
17	Aceguá	2	2	2	0
18	Cachoeira do Sul	2	2	2	0
19	Cerrito	2	2	1	0
20	Cerro Grande do Sul	2	2	0	0
21	Colorado	2	2	0	0
22	Gravataí	2	2	1	0
23	Rosário do Sul	2	2	2	0
24	Salto do Jacuí	2	2	1	0
25	Santa Maria	2	2	1	0
26	Terra de Areia	2	2	0	0
27	Sertão	2	2	2	0
28	Turuçu	1	1	1	0
29	Jaguarão	1	1	1	0
30	Multos Capões	1	1	0	0
31	São José do Norte	1	1	1	0
32	Triunfo	1	1	1	0
33	Cristal	1	1	1	0
34	Butiá	1	1	1	0
35	Caçapava do Sul	1	1	3	0
36	Candiota	1	1	1	0
37	Lagoão	1	1	0	0
38	Lavras do Sul	1	1	1	0
39	Palmares do Sul	1	1	1	0
40	Pantano Grande	1	1	1	0
41	Sarandi	1	1	0	0
42	Uruguaiana	1	1	1	0
43	Vale Verde	1	1	0	0
44	Arroio do Tigre	1	1	1	0
45	Bagé	1	1	1	0
46	Carazinho	1	1	0	0
47	General Câmara	1	1	1	0
48	Giruá	1	1	1	0
49	Alegrete	1	1	1	0
50	Arroio do Meio	1	1	1	0
51	Arroio do Padre	1	1	1	0
52	Canoas	1	1	0	0
53	Capivari do Sul	1	1	1	0
54	Catuípe	1	1	1	0
55	Jaculzinho	1	1	1	1
56	Lajeado	1	1	1	0
57	Morro Redondo	1	1	1	0
58	Nova Palma	1	1	1	0
59	Rio Grande	1	1	0	0
60	Rio Pardo	1	1	2	0
61	Rodeio Bonito	1	1	0	0
62	Santana da Boa Vista	1	1	1	0
63	Sant'Ana do Livramento	1	1	0	0
64	Tapes	1	1	1	0
65	Taquara	1	1	1	0
66	Três Forquilhas	1	1	0	0

Fonte: PIRES e BITENCOURT, 2021.

Porto Alegre e a geografia de uma metrópole quilombola

Porto Alegre, é a capital brasileira com o maior número de quilombos urbanos autorreconhecidos do país, abrigando 11 comunidades quilombolas de tradição e práticas multiculturais, calcadas nas estratégias de resistência e permanência secular das populações negras e indígenas. São elas: o Quilombo da Família Silva, Quilombo do Areal, Quilombo dos Alpes, Quilombo da Família Fidélis, Quilombo dos Machado, Quilombo dos Flores, Quilombo da Família Lemos, Quilombo Família de Ouro, Quilombo da MOCAMBO, e mais recentemente autorreconhecidos o Quilombo Kédi e o Quilombo Santa Luzia (Figura 4). Essas comunidades tradicionais são cicatrizes territoriais na capital gaúcha que nos provocam a confrontar nosso passado e presente colonial, escravista, classista, patriarcal e racista, que reproduz cotidianamente desigualdades perversas.

As presenças quilombolas também nos provocam esperança e apontam alternativas para a construção de uma cidade mais igualitária e solidária. Essas presenças transformam o espaço da cidade de modo que os territórios quilombolas são responsáveis pela expansão e a qualificação do espaço urbano, através do trabalho dos sujeitos quilombolas que ocupam, planejam e geram seus territórios (CAMPOS, 2010).

Figura 4: Mapa de localização dos quilombos urbanos de Porto Alegre



Fonte: NEGA, 2022.

O Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2003, tem seu trabalho pautado numa perspectiva dialógica e coletiva, com diferentes grupos sociais e espaços que historicamente estão submetidos à exclusão e à opressão sociais. Essas são as questões que permeiam os debates, dentro do Núcleo, e elas conduzem nossas práticas, vinculadas às pesquisas na dimensão ambiental, na educação, na Geografia e nas Cartografias, enquanto metodologias de luta no e pelo espaço.

É nesse contexto que, a partir de 2011, iniciam os trabalhos com os quilombos urbanos de Porto Alegre (RS). Em 2013, o trabalho com as comunidades quilombolas se consolidou, com o convite da comunidade do Quilombo dos Alpes, para a realização do mapeamento co-participativo do seu território, e, posteriormente, com o desenvolvimento de projetos de educação geográfica em parceria técnica com o projeto habitacional. A partir dessa aproximação com os territórios quilombolas e o conhecimento de suas demandas, o NEGA também se torna parceiro e apoiador de ações importantes relacionadas ao Movimento Social Frente Quilombola do RS, ao Instituto de Assessoria; às Comunidades Remanescentes de Quilombos – RS (IACOREQ-RS); e a AKANNI – Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia.

As narrativas sobre os territórios, e o ato de dizê-lo, bem como o desenvolvimento de diferentes formas de resistência, são próprias das comunidades. Respeitamos seus “lugares de falas” e seus protagonismos, para narrar seus quilombos, seus territórios e, assim, afirmar suas resistências, através do “lugar de escuta” (FREIRE, 2016), que ocupamos, ou seja, como a/os pesquisadoras/extensionistas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se comunicam e apoiam os movimentos quilombolas da cidade. Sem realizar essa leitura apenas pela ótica dos sujeitos, que compõem a Universidade, essa relação se sustenta por uma Geografia da ação, portanto compreende a *práxis* dialógica com os territórios quilombolas e as suas interfaces com os movimentos sociais.

O Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS **e os mapas-narrativas**

O *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS* é uma obra organizada pelas autoras desse capítulo, ambas pesquisadoras/extensionistas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS). O Atlas se apresenta como resultado de experiências do grupo de trabalho do NEGA com atuação junto aos territórios quilombolas. A partir de nossa inserção e do diálogo como preconiza a pedagogia freireana, o atlas foi construído com as comunidades e com os movimentos sociais quilombolas, além de incluir a participação de acadêmicos dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia, e parceiros de trabalho de outras áreas das ciências humanas que atuam com Quilombos e as questões étnico raciais no país.

Assim, o *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS* é composto por uma coleção de mapas com 21 capítulos, dez trabalhos técnicos, cinco entrevistas e um manifesto coletivo sobre educação e a presença quilombola em Porto Alegre. E é apresentado em dois volumes. O primeiro volume trata das CARTOGRAFIAS CONTRACOLONIAIS, construídas com e a partir de cada comunidade quilombola. Com inspiração em Antonio Bispo dos Santos (2015), às cartografias contracoloniais, que surgem do processo do mapeamento coparticipativo, representam as narrativas territoriais de nove comunidades quilombolas de Porto Alegre¹, pois cada qual, com suas particularidades, guarda consigo o registro das permanências e das resistências, que se entrelaçam em um panorama de segregação e de sobrevivência no ambiente urbano, sendo fortemente invisibilizado na cidade de Porto Alegre. Além dos estudos técnicos, o encerramento de cada capítulo é dedicado à apresentação de atividades pedagógicas, com o objetivo de promover a reflexão e as práticas da educação para a diversidade no temário proposto pela lei 10.639/03.

Os mapas-narrativas compreendem a cartografia contracolonial desenvolvida junto às lideranças de cada comunidade quilombola, logo não são meros desenhos, cheios de figurinhas, de traços, de manchas e de ha-

¹ A finalização da etapa de editoração da publicação do Atlas da Presença quilombola coincidiu com o autorreconhecimento de duas comunidades quilombolas em Porto Alegre. Assim, os quilombos Kédi e Santa Luzia não integram a publicação do Atlas da Presença quilombola em Porto Alegre/RS (PIRES; BITENCOURT, 2021), mas foram mapeados pelo NEGA, que tem prestado assessoria geojurídica às 11 comunidades quilombolas da cidade.

churas. Nós, geógrafos e geógrafas, temos um compromisso político com esta linguagem e com a comunicação, que se deseja transmitir. A tarefa de mapear é árdua, requer paciência, atenção e precisão – e não se refere, aqui, somente à precisão posicional, em termos de coordenadas geográficas, mas à precisão simbólica. Os símbolos presentes nos mapas representam e possibilitam outras visões de mundo, considerando a maneira que foram pensados e, também, são interpretados. É nesta perspectiva que os mapas dos quilombos de Porto Alegre foram pensados e cartografados.

Os mapas não representam o tempo aprisionado no espaço, mas, sim, seu movimento. Como sugere Massey (2008), eles traduzem realidades vividas, trajetórias experienciadas pela corporeidade e pelo movimento desta corporeidade no/pelo espaço, além de suas estórias. Sua representação nos leva ao encontro dos sentidos, provocados pelas memórias e pelas ancestralidades, permanecendo vivas na oralidade. O espaço é representado, enquanto processo, sendo o mapa, a linguagem da multiplicidade de tempos, que representam o mundo vivido.

Os mapas-narrativas trazem, na sua representação, a pluralidade das vozes, que os narram e, por isso, seus múltiplos tempos estão marcados, possibilitando a leitura do espaço para além de sua representação exclusivamente físico-administrativa. Representam as práticas espaciais secularmente organizadas e que estão presentes de forma civilizatória no espaço urbano.

Os mapas-narrativas foram gerados com base nas práticas espaciais e representam os seguintes temas:

- A. **Os mapas de situação/localização dos territórios** localizam os territórios, junto aos bairros de Porto Alegre;
- B. **Os mapas de diáspora** representam o movimento de origem de família, principalmente das lideranças, nossas principais interlocutoras. Cabe ressaltar a importância desse mapa, porque não trata de se deslocar fisicamente pelo espaço, exclusivamente, mas de um movimento apropriado, carregado de sentidos, de experiências e de saberes, que caminham/se deslocam/migram com as pessoas, mantendo viva as memórias e as ancestralidades do território de origem;
- C. **Os mapas de marcadores territoriais**, com foco nos seus territórios e nos objetos/ações, que pertencem às comunidades. Os marcadores territoriais (HENRIQUES, 2003) estão associados à relação profunda dos valores afrocivilizatórios brasileiros (TRINDADE, 2010);

- D. Os mapas de movimentos históricos e cotidianos** abrangem a escala do entorno dos quilombos e representam as ligações históricas e cotidianas da comunidade como equipamentos públicos, como os espaços de cultos religiosos e como os espaços da ancestralidade quilombola. Compreende marcadores territoriais e territórios, além de seus limites, que demonstram as relações com a territorialidade quilombola;
- E. Os mapas de perícias** representam marcadores antigos, que estão ou não no território, a partir das imagens aerofotogramétricas disponíveis e das datas, próximas às do processo de origem de formação do território. Considera-se, como referência temporal das fotografias aéreas, algum fenômeno/situação/moradia importante para a comunidade, que se faz perceptível no espaço. Esses mapas representam a articulação do passado com o presente da territorialidade.

A expressão gráfica dessas informações está associada às presenças territoriais e à valorização da memória e da ancestralidade, presentes no território, e, também, das ações cotidianas produzidas em diáspora e nas lutas de afirmação territorial no espaço urbano.

O desenvolvimento desses mapeamentos se dividiram em duas grandes etapas: trabalho de campo e trabalho de laboratório. No primeiro, foram realizados trabalhos de campo nos quilombos, para a condução de entrevistas semiestruturadas e para a coleta de fotografias, gravações de áudio, coleta de pontos dos marcadores territoriais por Sistema de Posicionamento Global (GPS) e para a aquisição de documentos e de registros gerais, guardados pela comunidade, os quais auxiliam na pesquisa e no mapeamento. Cabe destacar que a aquisição de documentos e registros gerais das comunidades é realizada completamente através de registros fotográficos, de modo que o núcleo nunca fica com os materiais originais das comunidades.

O trabalho de laboratório acontece pré e pós campo, onde inicialmente foi feito o planejamento dos trabalhos de campo, e posteriormente a organização dos materiais coletados, além das pesquisas documental e bibliográfica, bem como a instrumentalização do mapeamento no QGIS 3.X e as reuniões presenciais e por videoconferência entre o grupo de trabalho do NEGA. A instrumentalização da cartografia se deu, por meio do uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), *softwares* largamente utilizados em mapeamentos. O SIG utilizado foi o QGIS nas versões 3.X, *software*

de código aberto e de uso livre, disponível na *Internet*. A opção deu-se pela relativa facilidade de manuseio do *software*, por estudantes e por graduados em Geografia, e pela pouca exigência de desempenho dos computadores.

A necessidade de usar o SIG estava em processar imagens satelitais e aerofotogramétricas, em manipular dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos) e em editar o *layout*/esboço de impressão dos mapas. Outros instrumentos utilizados foram o *site Google Maps* e o *software Google Earth Pro*, também de acesso livre. Esses são instrumentos de mapeamento de fácil utilização e de fácil integração com bancos de dados externos. Além disso, o *Google Maps* permite o uso simultâneo do mesmo mapa por diversos usuários, através da *Internet*.

Os principais materiais utilizados nos mapeamentos foram imagens de satélite e aerofotogramétricas de alta resolução e dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos) dos marcadores territoriais dos quilombos. O uso de imagens como base dos mapas se deu pela experiência de Pires *et al.* (2016), junto ao Quilombo dos Alpes, com o mapeamento co-participativo das trilhas deste quilombo, entre 2013 e 2015. Os primeiros mapas foram feitos, sob base vetorial, apenas, com algumas linhas e com polígonos abstratos. A própria liderança do Quilombo dos Alpes, no decorrer das oficinas de mapeamento, alertou para o fato de que os mapas produzidos não estavam representando o quilombo, pois ela não conseguia ver as árvores, as casas, o morro, as trilhas. Desde então, a equipe do NEGA utiliza imagens de satélite e aerofotogramétricas como base dos mapas. A representação iconográfica dos mapas foi feita, a partir de ícones personalizados que se identificam com a cultura quilombola para comunicar a territorialidade quilombola, por meio de símbolos, que, *geo-grafados* nos mapas, representam elementos das culturas afrobrasileira e quilombola.

A opção pela padronização dos mapas na projeção de Mercator, tradicional projeção cartográfica, utilizada no período colonial, ocorreu em função da compatibilidade com os aplicativos de mapas de *smartphones*, como o do *Google Maps*. Como recurso didático, o Atlas não conseguiria comunicar ao público em geral a localização de elementos não mapeados, como suas casas e suas escolas, se fosse utilizada outra forma de projeção e, também, outro elipsóide de referência, diferente do *datum World Geodetic System* (1984) (WGS-84).

A compatibilidade de uso e a opção por esta projeção auxilia no enfrentamento da cartografia oficial por seus mesmos métodos. Este olhar reivindica uma discussão importante a ser considerada nos processos de

reconhecimento técnico, por parte de instituições, que, historicamente, atuam com a regularização fundiária dos territórios quilombolas do país: a participação coletiva na construção dos processos de mapeamento, para compreender que a complexidade dos territórios quilombolas não se constitui exclusivamente por uma visão histórica e/ou antropológica, mas, sobretudo, que sua historicidade e que seus modos de vida se constituem, também, a partir de uma relação de confluência com o espaço geográfico.

O segundo volume do Atlas trata das EPISTEMOLOGIAS QUILOMBOLAS e nele apresentamos, através da contribuição de diversos autores, as diferentes formas e possibilidades de compreender os quilombos e seus movimentos, permeando questões teóricas e metodologias, que se inscrevem na resistência, na resiliência e na formação da construção de territórios quilombolas, de modo a articular uma constelação de pesquisadoras, pesquisadores, militantes do movimento quilombola, educadores e educadoras que, ao longo de suas trajetórias profissionais e de suas atuações políticas, junto aos movimentos sociais, compartilham conhecimentos acumulados em suas experiências de pesquisa, de ensino e de extensão em comunicação. Os caminhos originários da resistência, dos lugares de luta e da restauração da liberdade desafiaram e desafiam o pensamento ocidental e instauram práticas de (re)existências individual e coletiva quilombolas, subvertendo a ordem manifestada pelo domínio colonial.

Considerações em andamento

Não há dúvidas de que os quilombos representam rupturas com o processo colonizador e com o sistema latifundiário de acumulação de terras. Logo, garantir a terra é garantir coletividade e bem-viver. E é na paisagem urbana de Porto Alegre que apresentamos, até o presente momento, as complexas e múltiplas espacialidades das onze comunidades quilombolas autorreconhecidas, evocadas pela ancestralidade e pelo movimento, presente em suas lutas políticas e sociais. A criação de metodologias geográficas, para a interpretação dos imaginários da questão quilombola, é o desafio que catalisa os percursos de nosso fazer, em que, tomadas pela força da comunicação, construímos conhecimentos, em diálogo entre quilombistas e quilombolas, cujos pontos de partida são os sujeitos e os seus territórios.

Quando propomos o entendimento dos marcos de resistência desse processo na cidade através das cartografias quilombolas, sem dúvida, ins-

tauramos um marco de discussão para as ciências sociais a partir da ciência geográfica, repensando os conceitos que engendram nossa ciência e enfrentando o racismo epistêmico que esta temática possui na educação básica e superior. Além disso, destacamos o papel ativo da produção científica, mediante desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas que apontam dados que nos permitem avaliar o mapeamento participativo como instrumento para a efetivação de cidadania nas comunidades quilombolas presentes no espaço urbano. A metrópole de Porto Alegre assume importância fundamental nesse debate, pois nela encontramos as tessituras territoriais entrelaçadas por diferentes práticas socioculturais e apropriações concretas e simbólicas do espaço na perspectiva das geografias quilombolas.

Referências

- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela – a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção – da Angola colonial (c. 1872-c. 1926)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Disponível em: www.africafederation.net/desmantelamento_africano.pdf. Acesso em: 01 mar. 2013.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista*. Prefácio de Kabengele Munanga. Texto de Elisa Larkin Nascimento e Valdecir Nascimento. 3. ed. (rev.). São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Alex Ratts (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (org.). *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra1, 2021. Disponível em: <https://www.editora letra1.com/epub/978-65-87422-19-0/>.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. Modos de brincar. In: *Cadernos de saberes, fazeres e atividades*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.